



***CARGA TRIBUTÁRIA***



**Brasil Sem Crise**

**Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da  
Receita Federal do Brasil - SINDIRECEITA**

***Grupo de Estudos Tributários***



**Sindireceita**  
SHCGN 702/703 Bl. E lj 37  
Asa Norte | Brasília/DF  
Telefone: (61) 3962 2300  
[get@sindireceita.org.br](mailto:get@sindireceita.org.br)



## CARGA TRIBUTÁRIA

- **Definição:** É o quanto da riqueza de um País (PIB) é arrecadado em forma de tributos pelos Governos
- Em 2016, dos R\$ 6,26 trilhões produzidos no Brasil R\$ 2,03 trilhões foram arrecadados pela União, Estados e Municípios, ou seja, a Carga Tributária Brasileira foi de 32,38% do PIB (em 2015 foram 33,11%)
- São valores expressivos que já chegaram a quase 37% em 2007

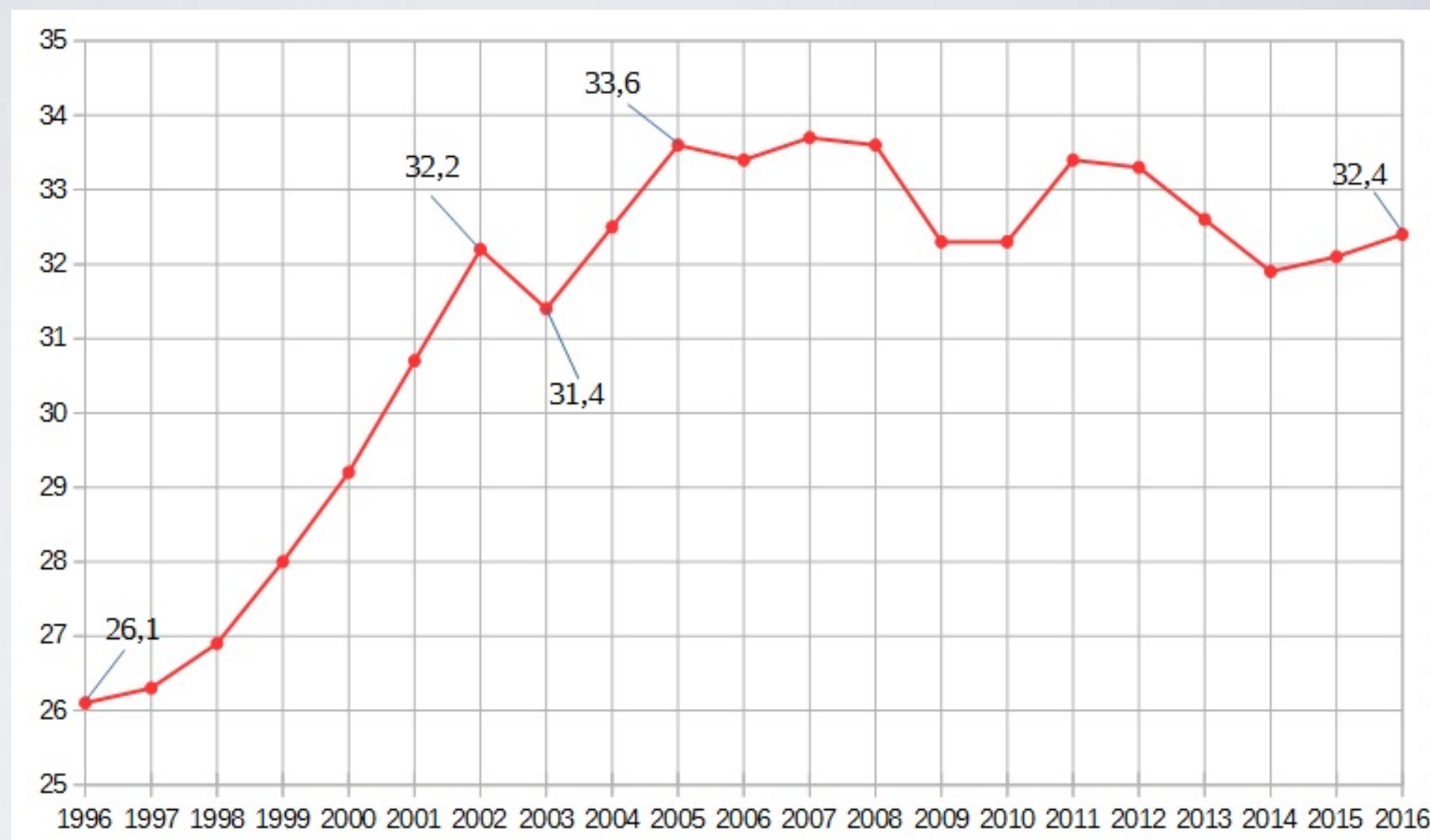






# CARGA TRIBUTÁRIA

## *Carga Tributária 1996-2016*



**Fonte:** Ministério do Planejamento, 2015, atualizado pelo Grupo de Estudos Técnicos do Sindireceita (2017)



# CARGA TRIBUTÁRIA

## Distribuição por Ente Federado (2016)

Ente Federado	Arrecadação R\$ milhões	% da Arrecadação	% do PIB
UNIÃO	1.383.758,72	68,27%	22,11%
ESTADOS	514.841,11	25,40%	8,23%
MUNICÍPIOS	128.414,66	6,34%	2,05%
Totais	2.027.014,48	100%	32,38%



# CARGA TRIBUTÁRIA

## Comparativo Internacional (2015)

- Em um comparativo realizado pela OCDE\*, envolvendo 24 países da América Latina e do Caribe, o Brasil apareceu com a segunda maior carga tributária (32,1%)
- É 11,5% maior que a do Chile (20,6%), 14,7% maior que a do México (17,4%) e 19,7% que a Guatemala (12,4%), menor carga tributária do estudo



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

\* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico





# CARGA TRIBUTÁRIA

## Comparativo Internacional países da OCDE (2015)

<i>País</i>	<i>Carga Tributária</i>
<b>BRASIL</b>	<b>32,1%</b>
Canadá	31,9%
Turquia	30,0%
EUA	26,4%
Coreia do Sul	25,3%
Chile	20,7%
México	17,4%



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

Fonte: OCDE e Receita Federal do Brasil



# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

- Apesar da alta Carga Tributária, os Entes Federados parecem não conseguir atender as suas demandas
- No caso dos Estados Membros a dívida acumulada até fevereiro de 2018 era de **R\$ 721 Bilhões**, (aproximadamente 12% do PIB), segundo dados do BACEN\*.
- Em 2015, 17 estados já gastavam mais de 55% de suas receitas líquidas com folhas de pagamento e aposentadorias, segundo o Boletim do Ministério da Fazenda. O limite legal é de 60%

\*<http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lestados.asp>







# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

- Em 2016, 3 Estados (RJ, RS e MG) decretaram estado de calamidade financeira. A dívida dos 3 totalizava **R\$ 270 bilhões\***
- Outros Estados não estão melhores:
  - SP R\$ 254 Bi
  - SC R\$ 18 Bi
  - GO R\$ 18 Bi
- Muitas são as causas para esse endividamento



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

\*Fonte: Relatório do Banco Mundial - Um Ajuste Justo – nov. 2017



# **CARGA TRIBUTÁRIA**

## **A Dívida dos Estados Membros**

### **1 - Modelo de Partilha:**

- **A CF/88 pretendeu outorgar aos Entes Federados autonomia Política - Financeira**
- **Foram estabelecidas competências a cada um deles, assim como suas fontes de receitas**
- **No caso dos Estados Membros foram criadas 2 fontes principais de recursos:**
  - **As competências tributárias(art. 155 - ICMS, IPVA, ITCMD)**
  - **As transferências da União (art. 157 a 159)**





# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

- Dentre as transferências, destacam-se:
  - 21,5%** do IR - art. 159, I,
  - 10%** do IPI - art. 159, II
  - 20%** dos impostos residuais - art. 157, II
  - 29%** da CIDE combustível - art. 159, III
- Com exceção da CIDE combustível, as demais Contribuições são receita exclusiva da União, não sendo compartilhadas com os Estados Membros:
  - as contribuições sociais;
  - as contribuições corporativas;
  - as demais CIDEs;



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários





# **CARGA TRIBUTÁRIA**

## **A Dívida dos Estados Membros**

- **A União, a partir dos anos 90, iniciou um movimento que priorizou a arrecadação através das Contribuições**
  - **importações passam a ser tributadas pelo PIS/Cofins**
  - **criação das Cides,**
  - **cobrança não cumulativa da PIS/Cofins saltando de 3,65% para 9,25%**
- **Ao mesmo tempo promoveu exonerações e deduções dos impostos**



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários



# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

- A carga total foi mantida, mas houve uma redução de receitas para os Estados, visto que não há partilha sobre as Contribuições
- Como as obrigações constitucionais - Educação, Saúde e Segurança – foram mantidas, a dívida dos Estados se agravou



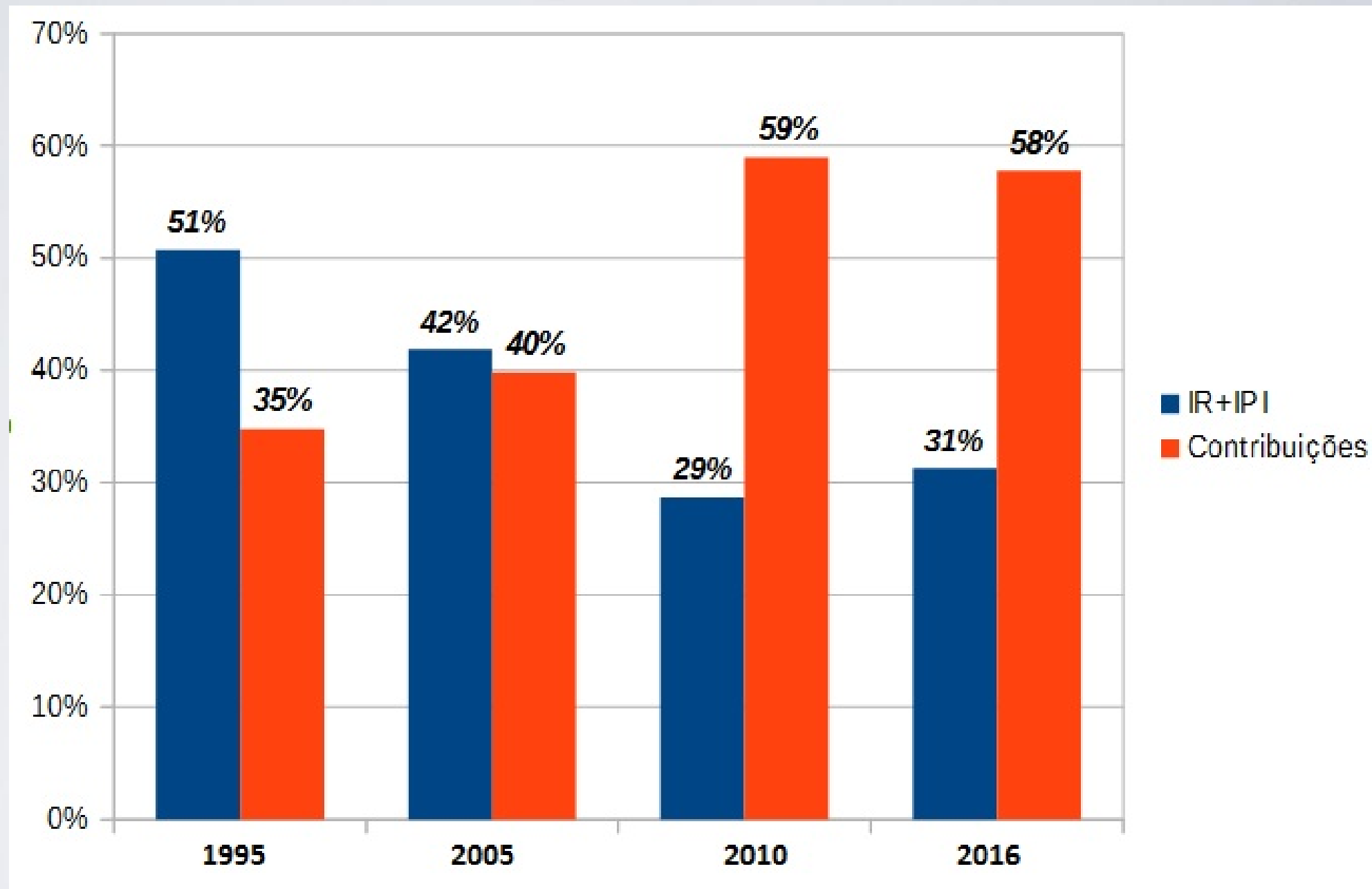
**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

# CARGA TRIBUTÁRIA

## Repartição das Receitas entre os Entes Federados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RFB

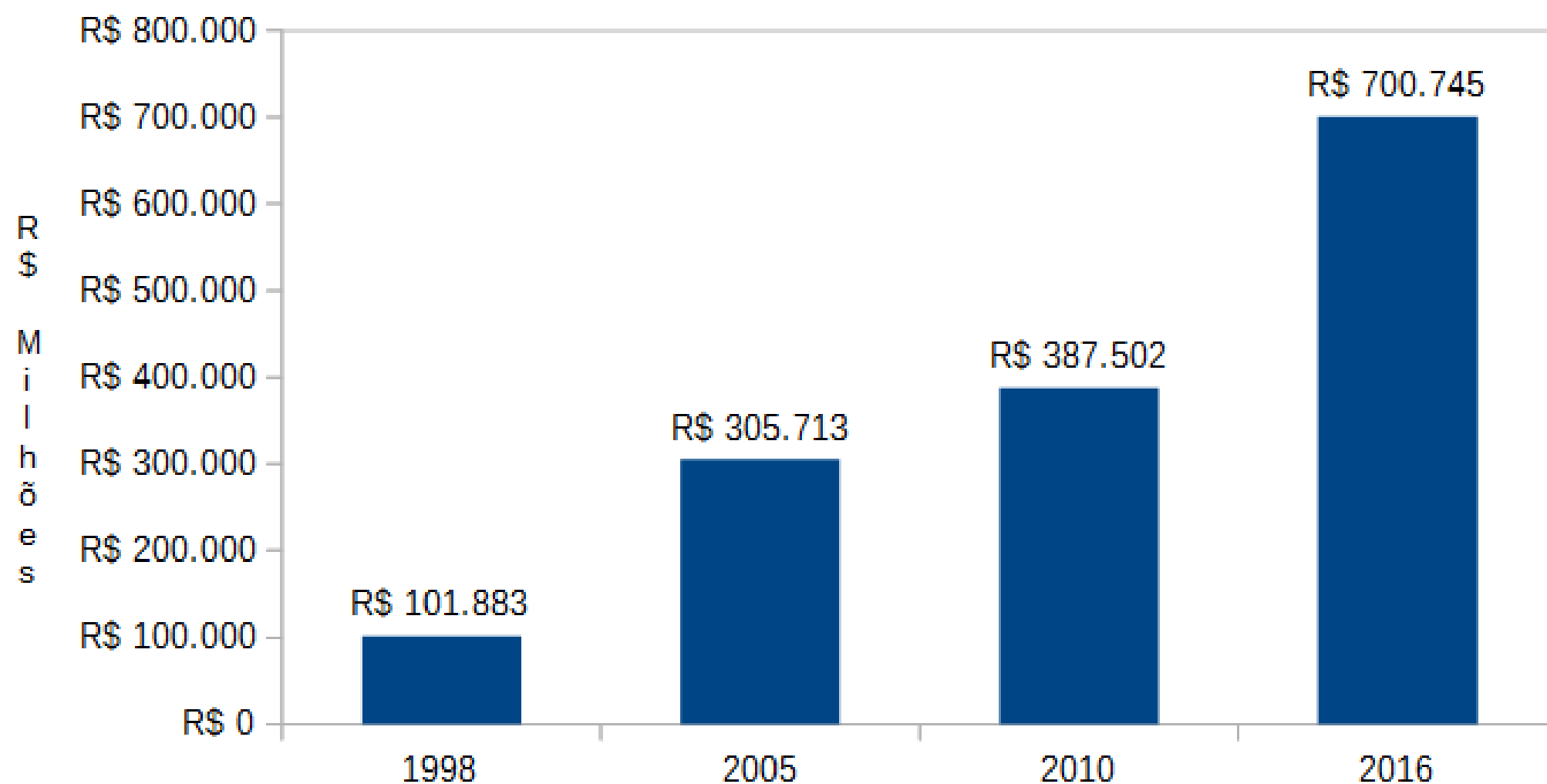




# CARGA TRIBUTÁRIA

## Repartição das Receitas entre os Entes Federados

Evolução da Dívida dos Estados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da BACEN



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários



# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

### 2 – Renúncias sobre Impostos partilhados

- Ocorreram diversas renúncias de tributos cuja arrecadação deve ser compartilhada com os Estados e Municípios (exonerações do IPI e deduções no IR)
- O Relatório do Banco Mundial - Um Ajuste Justo – nov. 2017, menciona que “Políticas tributárias federais, tais como as isenções tributárias concedidas entre 2011 e 2014, geram consequências, pois tais tributos são sujeitos a programas de compartilhamento de receitas. Consequentemente, as isenções concedidas pelo Governo Federal reduziram os repasses orçamentários para os Estados”



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários



# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

### Renúncias sobre Impostos partilhados

- Um levantamento da Receita Federal mostrou que entre 2010 e 2017 foram editadas ao menos 40 medidas provisórias concedendo isenções fiscais e desonerações que atingiram **R\$ 501 bilhões**
- Desse total **R\$ 280 bilhões** referem-se a impostos partilhados



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários





**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

Legislação	R\$	Artigo	Tributo	Descrição	Prazo	2014
MP 528	1.951	3	IRPF	Prorrogação da dedução do IR devido de parcela da contribuição patronal paga pelo empregador doméstico	31/12/14	378
MP 528	9.370		IRPF, IRRF	Correção da Tabela do IRPF	indeterminado	1.610
MP 529	3.540		Cont. Previdenciária	Diminuição da Alíquota da Contribuição Previdenciária do Micro Empresário Individual - MEI	indeterminado	200
MP 534	24		PIS, COFINS	Redução a zero das alíquotas sobre "tablets" (inclusão dos equipamentos na inovação tecnológica/lei do bem - 11.196/05)	31/12/14	4
MP 540	2.275	1 a 3		REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras. Até 3% sobre o valor da exportação p/ compensação ou ressarcimento.	31/12/12	-
MP 540	7.860	4	PIS, COFINS	Redução gradual (até ser imediato) o prazo de apropriação dos créditos sobre aquisições de bens de capital.	indeterminado	253
MP 540	0	5 e 6 **	IPI	Redução das alíquotas sobre veículos automotores. Condições a serem definidos pelo poder executivo. Necessita de decreto para valer.	31/07/16	-
MP 540	1.036	7	Cont. Previdenciária	Alteração da base de cálculo e alíquota da contribuição previdenciária patronal para setores de tecnologia da informação (TI e TIC). Contribuição de 2,5% sobre o faturamento.	31/12/12	-
MP 540	954	8 a 10	Cont. Previdenciária	Alteração da base de cálculo e alíquota da contribuição previdenciária patronal para indústrias moveleiras, de confecções e de artefatos de couro. Contribuição de 1,5% sobre o faturamento. Na conversão não consta o setor moveleiro.	31/12/12	-
MP 540	7	11	IRPJ	Isenção do IR calculada com base no lucro da exploração para PJ fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE (uso por dez anos).	31/12/13	7
MP 540	0	13	IRPJ, CSLL	Exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL dos dispêndios com pesquisa científica e tecnológica e inovação executado por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos.	indeterminado	ni
MP 540	0	7	Cont.	Extensão do prazo - Alteração da base de cálculo e alíquota da contribuição previdenciária patronal para setores de tecnologia	31/12/14	

Fonte: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/desoneracoes-instituidas/desoneracoes-instituidas-cap>



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

# CARGA TRIBUTÁRIA

## Desonerações dos Impostos Partilhados com os Estados – 2010 a 2017

Ano	R\$ Bilhões
2010	R\$ 14.792
2011	R\$ 22.810
2012	R\$ 116.340
2013	R\$ 16.282
2014	R\$ 16.846
2015	R\$ 31.261
2016	R\$ 3.182
2017	R\$ 58.663
<b>Total</b>	<b>R\$ 280.176</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RFB - <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/desoneracoes-instituidas/desoneracoes-instituidas-capa>





# CARGA TRIBUTÁRIA

## A Dívida dos Estados Membros

### 3 – Perdas na Arrecadação com a informalidade

- Um Estudo da FGV e do instituto ETCO estima que cerca de **R\$ 1 Trilhão** anuais são movimentados no Brasil sem serem reportados ao governo, a chamada Economia Subterrânea
- Ela é fruto do trabalho informal, da sonegação, do contrabando, da corrupção, da pirataria, etc
- Levando-se em conta a Carga Tributária atual as perdas na arrecadação giram em torno de **R\$ 324 bilhões**



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários





**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários

# Economia Subterrânea

## Estimativa da Economia Subterrânea no Brasil

ANO	% do PIB	Em Milhões de Reais	Reais a Preço de 2016*
2003	21,0%	361.116	849.646
2004	20,9%	409.324	872.475
2005	20,5%	444.139	891.976
2006	20,2%	485.836	928.836
2007	19,4%	527.910	981.656
2008	18,7%	581.011	967.686
2009	18,5%	615.500	984.132
2010	17,6%	685.367	1.032.994
2011	16,9%	738.451	1.048.273
2012	16,5%	794.587	1.064.564
2013	16,2%	862.675	1.094.664
2014	16,1%	915.909	1.092.985
2015	16,2%	956.898	1.029.040
2016	16,3%	983.283	983.283
2017	16,6%	1.077.000**	

**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados ETCO e Ibre/FGV (2017)**

\*atualizado pelo INPC

\*\*baseado em índices econômicos ainda não confirmados



# **CARGA TRIBUTÁRIA**

## **A Dívida dos Estados Membros**

**Em resumo, é necessário ao menos:**

- **Rever o modelo de partilha**
- **Analisar o impacto das Renúncias Tributárias**
- **Combater a Economia Subterrânea**



**SINDIRECEITA**  
Analistas-Tributários



# **SINDIRECEITA**

## **Analistas-Tributários**

*Grupo de Estudos Tributários*  
*get@sindireceita.org.br*  
*Telefone: (61) 3962 2300*